CARTOGRAFANDO UM MAL-ESTAR HISTÓRICO ENTRE AS POÉTICAS DE TRADIÇÃO ORAL E A CULTURA ESCRITA.

Apresentação: Comunicação Oral

Beliza Áurea de Arruda Mello¹; Marcelo Vieira da Nóbrega²; Henrique Miguel de Lima Silva³

Resumo

Este artigo investiga, à luz de um olhar psicanalítico, a presença de um mal-estar histórico na relação entre as culturas de tradição oral e a escrita. O recorte delimita-se a partir das invenções, respectivamente, do alfabeto grego e da imprensa - com a consolidação do fenômeno nos séc XX e XXI - a partir das perspectivas de Havelock, Ong e Peter Burke. A hipótese inicial parte da tese de que a mudança de paradigma de ressignificação da memória, de uma mentalidade oral para o escrito, tem promovido na relação, nem sempre harmônica entre a oralidade e escrita, certo mal-estar nas culturas de tradição oral, cujos sintomas podem ser expressos – dentre outras formas – pela maneira como estas têm sido tratadas: quase sempre relegadas à condição de atraso, museu, congeladas no tempo e no espaço. Para a concepção de memória parte-se de Changeux, Le Goff, Geary, Santaella e Zumthor, dentre outros que partilham da mesma ótica. Por sua vez, os sintomas, típicos do mal-estar, decorrentes da histórica e necessária interação entre oralidade e escrita, na perspectiva psicanalítica freudiana, podem estar associados a duas razões: a primeira delas se refere à necessidade de readaptação do canto da musa a uma nova tecnologia, permitindo-lhe reconhecer a autoridade revolucionária da escrita, vista – de início – pela musa com perspicaz preocupação. A segunda, se refere ao ‘mal-estar’ contido e (des)velado, a partir de um desejo de um acústico reprimido. A massificação da escrita, atrelada ao poder econômico que dela adveio, teriam gerado grande tensão que se engendrou entre as duas culturas.

Palavras-chave: Psicanálise. Oralidade. Escrita. Memória. Tensão. Mal-estar.

Introdução

É fato que a linguagem é responsável por estabelecer, durante a evolução da história do homem, mudanças e rupturas cujas repercussões – quer sejam de ordem econômica, cultural, institucional, e até mental – quase sempre são irreversíveis. Do sistema de escrita Linear B⁴, próprio das civilizações pré-helênicas, utilizado pelos Fenícios, entre os Séculos XV e XII a. C., até a invenção do alfabeto grego, possivelmente entre os anos de 700 a 675; transitando pela longa gestação, de mais de 300 anos, desta fantástica e revolucionária tecnologia da escrita até a

¹ Letras. Doutora em Literatura Brasileira. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Beliza.aurea@gmail.com

² Letras. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba.

³ Letras. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba. Henrique.miguel.91@gmail.com

⁴ Segundo Havelock (1996, p. 164) “escrita em argilas e tabuinhas, usada por estes povos, entre os Séc. XV e XII a. C., e só decifrado em 1950, e composta por 87 silabogramas (23 deles de criação micênica e 64, provenientes do Linear A)”.

consolidação do manuscrito; em seguida, desta até os linotipos da imprensa, no Séc. XV; e por fim, culminando até a difusão das chamadas mídias eletrônicas atuais, em todo esse longo processo a letra se move por mediação de diálogos, nem sempre harmônicos, entre a oralidade e a escrita; entre uma perspectiva do ouvir para o ver. (HAVELOCK, 1996b). Neste sentido, a peleja da musa, da mnemosine⁵, marcada pela força da memorização – marca homérica e de tradição fundamentalmente oral da Grécia antiga, na sua relação com a escrita até os nossos dias – tem sido caracterizada por uma relação nem sempre harmônica. Segundo Havelock profundas foram as mudanças de mentalidade, a partir da invenção do alfabeto grego, segundo a qual

o processo de documentação leva o que antes era um sonho – na recitação de um episódio ou epopeia – ao imobilismo, aprisionado agora, não mais no acústico, mas no visível. O reunidor agora não mais precisa preservar na memória individual. Pode, por isso, vê-los em massa na letra, na escritura. Aí começa o despertar do sonho. Agora, a sua consciência relaxada vislumbra o todo. (op. cit., p. 189).

Por outro lado, vale a tese de Havelock (op. cit. p. 190) de que a longa tradição cultural da chamada literatura Grega clássica sempre foi vista como grande tensão entre as modalidades escrita e oral da linguagem, entre o ouvir e o ver. A linguagem metrificada, componente essencial da cultura oral, fazia parte dos afazeres cotidianos. Neste período, entre os Séc. VI e VII o monopólio da escrita se restringia aos chamados escribas, peritos-escretores, responsáveis pela transcrição oral.

Entretanto, ao tratar de tal momento não se deve ter a sensação de uma morte da musa, mas de um processo cultural lento de transição, como já dito, a bem da verdade marcado por colisões e contradições. É fato que, ainda segundo Havelock “a musa nunca se tornou amante abandonada da Grécia” (HAVELOCK, 1996a, p. 35). Teve que, a partir dos séculos VI e seguintes, além da cantar, também aprender a ler e a escrever. Segundo Trajano Vieira além de serem “fontes de informações memorizadas pela coletividade (a palavra musa, cabe notar, tem a mesma etimologia de ‘memória’) eram também responsáveis pela transmissão deste repertório coletivo, através da chamada *mousiké*”. (VIEIRA, 2000, p. 170). Assim, a musa teria que se adequar, a partir da nova tecnologia herdada dos fenícios, a uma nova forma, artificial de preservação de sua memória, transcrita artificialmente em um documento a ser preservado, com sintaxe própria. Neste sentido, ao propor a sua Teoria Geral da Oralidade, Havelock adverte que

o uso comum do termo escrita, aplicado a toda e qualquer forma de simbolismo sem distinção, ajudou a esbater as fronteiras entre a oralidade primária⁶ (uma

⁵ Deusa da memória, na Mitologia Grega, era um titânide, filha de Urano e Gaia e pertencia à primeira geração de divindades da Grécia. Considerada mãe das Musas, isto é, das nove deusas gregas, cujo papel era de inspirar poetas e músicos e promover as artes e as ciências. (Disponível em: ><http://portal-dos-mitos.blogspot.com.br/2013/07/mnemosine.html><. Data da consulta: 06/08/2016.

⁶ “Condição muito difícil de descrever e conceitualizar a partir do espírito letrado. Relações exclusivamente entre os seres, marcadas pelo acústico (sorriso, gestos, sobancelhas etc) e pelo corpo. Tem conteúdo e substância, tem sua

condição social distinta e separada) e as suas sucessoras: sociedades protoletradas, artesanalmente letradas, semiletradas e cabalmente letradas. (HAVELOCK, op. cit., p. 83).

A memória enquanto comportamento narrativo.

À luz da necessidade do recorte teórico a ser proposto para este trabalho, corrobora-se com esta concepção de escrita, porque se defende que o chamado eco acústico, marca da condição primeira da oralidade, vai à raiz da natureza da consciência humana, causa perplexidade e, com efeito, gera o chamado eco ideológico, típico da escrita. Portanto, não se concebe escrita desmemoriada. É a memória, aqui entendida na perspectiva de Changeux como “não só ordenação de vestígios, mas releituras destes” (CHANGEUX, 1974, p. 35). Nesta compreensão, tais processos podem fazer intervir centros nervosos muito complexos e uma grande quantidade do córtex. Ainda para este teórico, o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’, que se caracteriza, antes de tudo, pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui seu motivo. (op. cit.). Entretanto, se se tomar como referencial o Ocidente, até o surgimento e massificação da imprensa,⁷ dificilmente se distinguia, segundo Leroi-Gourhan

entre transmissão oral e transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor. Com o impresso... Não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situações de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação do que está escrito no escrito. (LEROI-GOURHAN, 1964-65, p. 69-70).

Neste sentido, segundo Havelock “a cultura requer um corpo de tradições segundo as quais se há de viver; um tesouro de informação, regras de praxe normas de conduta apropriada. Só na memória narrativa é onde tudo isso sobrevive”. (HAVELOCK (1996b, p. 274). O que lemos hoje o que entendemos, enquanto letrados, como texto, era composição oral, portanto, de base acústica, ensinada e memorizada em todas as comunidades gregas arcaicas.

Ao tratar do grande fosso de preconceito linguístico que reinava, já a partir do século XVI, em relação à dicotomia criada entre o que se entendia por cultura popular e erudita na Europa, Peter Burke, em longa investigação, atribui à cultura popular, em 1500, como a primeira cultura relegada

gramática, regras impressas no nosso cérebro; se preservada, torna-se informação ‘empacotada’ e armazenada na mente; é artefato, mais que eco” (Cf.: HAVELOCK, 1996, p. 84).

⁷ Na verdade, a descoberta da imprensa ocorre na China, no Séc. IX d. C., apenas sob a forma de xilogravura (pranchas de madeira gravadas em relevo). (Cf. LE GOFF, 1996, p. 457).

a todos, entendam-se aí os pobres, a grande maioria; e uma segunda, para uma minoria de instruídos; já, por volta de 1880, na maior parte deste continente, ficava esta, a cultura popular, relegada aos estratos sociais mais baixos, do povo. A partir de então, a palavra *povo* passa a assumir a conotação de ‘gente simples’ no lugar de ‘todo mundo’ ou ‘gente respeitável’. Este fosso repercutiu, inclusive, segundo esse teórico, na adoção de diferentes línguas para cada uma das classes sociais. Assim, por exemplo, no Languedoc, a nobreza e a burguesia falavam Francês e a os artesãos e camponeses, provençal; no país de Gales, o Inglês era restrito à fidalguia, que passou a retirar sua proteção aos bardos, de modo que ordem destes veio a se extinguir; nas chamadas Terras Altas da Escócia, durante a época de Adam Ferguns, o gaélico passou a ser falada na cabana, menos na mesa nem no salão de qualquer cavalheiro. (BURKE, 2010, p. 356); segundo relato, ainda de Burke “em 1670, o jesuíta Bohuslav Baldín podia observar com amargura que, ‘se na Boêmia ouvesse alguém falar tcheco, considera-se que ficou com a reputação prejudicada” (op. cit., p. 359), já que o tcheco era para os camponeses; enquanto na Noruega do séc. XVIII, o Dinarmarquês era restrito à corte; por sua vez, na Finlândia, neste período, o finlandês era limitado aos camponeses. A língua Sueca era restrita aos considerados, na Finlândia, educados. De uma maneira geral, a cultura, enquanto manifestação de uma tradição de base oral, sofre na Europa profundos preconceitos. Como exemplos relata Burke que

um poeta holandês, ao descrever uma feira rural, escolhe um estilo simuladamente heroico para exprimir sua atitude de distanciamento divertido em relação às atividades, enquanto um escritor francês, em anos já entrados do séc. XVIII, achou constrangedor até mesmo assistir ao carnaval de paris, pois ‘todas essas divisões mostram uma tolice e uma grosseria tal que o gosto por elas se assemelha ao dos porcos. (op cit, p. 359-360; 367)

Segundo Burke o ensaísta-fidalgo inglês, sir William Cornwallis, ao escrever com profunda curiosidade, indiferença e desprezo em relação à cultura popular, assim se referiu:

(...) panfletos, e estórias e notícias mentirosas, e poetas baratos, eu podia conhecer, mas tomando cuidado em não me familiarizar com eles: meu costume é lê-los, e logo usá-los, pois eles ficam na minha privada (...) Não me envergonho em arriscar meus ouvidos com um cantador de baladas (...) em ver mortais satisfeitos com uma tolice tão grosseira (...) Ver quão plenamente os ouvintes se sentem tocados, quais os estranhos gestos que vêm deles, que asneira forçada vem do seu poeta. (op. cit., p. 367).

Na Escócia, no séc. XVIII, a situação de preconceito contra as diferentes formas de expressão das chamadas culturas populares se intensificava, a ponto de Walter Scott, ao tratar do processo de depreciação da poética de base popular, afirma que esta migrara “das cortes dos príncipes e salões dos nobres para os frequentadores do rústico banco da cervejaria”. (BURKE (op.

cit., p. 370). O mesmo tratamento atribuído, em Edimburgo, aos mímicos, nesse período, como bem lembra um fidalgo da época:

Como seus versos eram meras algaravias sem sentido, e seu comportamento excessivamente turbulento, o costume se tornou intolerável; de modo que (...) foram em geral enxotados e proibidos em todas as famílias decentes, e no final reduziram-se a nada, embora em alguns poucos casos tenham sido vistos até o ano 1800 ou mais tarde. (op. cit., p. 370).

Embora se deduza que a maior parte da evolução da escrita tenha ocorrido, no pós-alfabeto grego, especialmente por uma gestão lenta e progressiva nos 300 anos subsequentes à invenção do alfabeto – com a consolidação completa por volta do último terço do séc. V – é fato que a matéria-prima do que chamamos hoje de literatura escrita, segundo Havelock “existiu, durante muitos milênios, tão só na forma em que era afeiçoada pela boca e escutada pelo ouvido”, (HAVELOCK, 1996b, p. 274) tendo sido, inicialmente, “o livro saudado com grave suspeita, algo como um engodo”. (HAVELOCK, op. cit.). A musa aprendera lentamente, e com desconfiança, a escrever as primeiras letras.

Ao refletir acerca da concepção clássica e burguesa de percepção das escrituras, a partir do séc. XVII, Barthes, o qual critica o que afirma ser a chamada escritura hegemônica, ratifica que

a unidade ideológica da burguesia produziu uma escritura única e que nos tempos burgueses (isto é, clássicos e românticos), a forma não podia ser dilacerada, já que a consciência não o era; e que, pelo contrário, desde o momento em que o escritor deixou de ser uma testemunha do universal para tornar-se uma consciência infeliz (por volta de 1850), seu primeiro gesto foi escolher o engajamento da forma, seja assumindo, seja recusando a escritura de seu passado.” (BARTHES, 1971, p. 12-13) (Grifo nosso).

Recusar as diversas formas de escritura do passado é, segundo Barthes, negar o caráter de solidariedade característico da escritura, já que esta é uma função: “é a relação entre a criação e a sociedade, é a linguagem literária transformada por sua destinação, á a forma apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da história.” (BARTHES, 1971, p. 23).

Poesia de Tradição Oral: Sintomas de um Mal-Estar Histórico de Recalques.

Em brilhante ensaio, intitulado *O Mal-Estar na Civilização*, texto escrito entre 1929 e 1930, Freud defende a tese de que, tanto no campo mental, como em qualquer outra área do conhecimento e das sensações humanas, há ilimitadamente um vínculo mais íntimo entre o ego, conceito a ser percorrido adiante, e o mundo que o cerca. Segundo este pensador há sempre a presunção da

sobrevivência de algo que já se encontrava originalmente lá, no ego de cada ser humano, lado a lado com o que posteriormente dele se derivou. Segundo Freud

No domínio da mente, por sua vez, o elemento primitivo se mostra tão comumente preservado, ao lado da versão transformada que dele surgiu, que se faz desnecessário fornecer exemplos como prova. Quando isso ocorre, é geralmente em consequência de uma divergência no desenvolvimento: determinada parte (no sentido quantitativo) de uma atitude ou de um impulso instintivo permaneceu inalterada, ao passo que outra sofreu um desenvolvimento ulterior. (FREUD, 2010, p. 43).

O autor reitera de forma peremptória que vestígios mnêmicos, por ele chamados de primitivos, que permanecem sempre no inconsciente da mente humana são muito mais regra que exceção. É o que ele chama de “sentimento oceânico”, razão pela qual seria de grande equívoco, segundo o pensador, a tese do esquecimento absoluto, isto é, a da inexistência completa de tais vestígios. Segundo Freud “na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer - o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo, a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz.”. (FREUD, 2010, p. 45).

Por outro lado, ao discorrer acerca de uma das cinco classificações de memória – a chamada memória transcendente – Geary, no Dicionário Temático do Ocidente, reproduz o pensar de São Tomaz de Aquino, quando este, ao classificar as cinco faculdades da alma humana (*sensus communis, fantasia, imaginativa, cognitiva e memorativa*), ratifica que “o poder cognitivo age sobre os fantasmas armazenados para produzir recordações” (GEARY, 1996, p. 178) (Grifo nosso). Para Santo Agostinho a memória era considerada a primeira das faculdades mentais, na Trindade Psicológica, por ele proposta: Pai (Memória como primeira pessoa; Filho (Intelligentia como segunda pessoa); e Amor (Voluntas como terceira pessoa).

Por sua vez, Geary traz à tona a concepção aristotélica de memória como lugar central na cognição humana, tida como o primeiro dos psicológicos, e parte de impressões sensoriais. A memória corresponderia à parte da alma à qual pertence a imaginação. O autor propõe a metáfora da cera e do selo: “a experiência imprime na memória uma espécie de imagem como um selo que se imprime na cera com um anel. (Grifo nosso). Esta é a imagem deixada na alma” (GEARY, op. cit., p. 178), e transmitida por Averróes e Avicena, reservando à memória, mais uma vez, lugar privilegiado na constituição da alma do ser humano.

Assim, as expressões “*fantasmas armazenados*” e “*imagem como um selo que se imprime na cera com um anel*”, acima referenciadas, seriam, em essência, o que Freud chama de ‘sentimento oceânico’, isto é, a consciência, ou em outras palavras, a vigilância constante e controladora do que o autor chama de superego, isto é, a parte da mente que corresponde à

moralidade, à consciência (o que chamamos de voz da consciência). Segundo este pensador o superego tenta inibir a completa satisfação e os ímpetus instintivos do ego, este tido como a fonte de energia psíquica e o aspecto da personalidade relacionado aos instintos. Além de exercer as funções de auto-observação e de consciência, o superego contém nossos níveis de aspiração mais elevados, na condição de ideal do eu.

Neste olhar, a consciência moral, corresponderia à chamada ‘voz da consciência’. Esta, para Freud corresponde ao “resultado da renúncia instintiva”, (FREUD, 2010, p. 77) e se projeta de volta ao indivíduo em forma do que Freud chama de sentimento de culpa. Desta forma, ainda segundo este pensador “o superego atormenta o ego pecador com o mesmo sentimento de ansiedade e fica à espera de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo externo. (...) “a consciência age exigindo mais renúncias instintivas”. (op. cit., p. 77). O sentimento de culpa - resultante da resposta agressiva do superego (a voz da consciência) para conter as satisfações agressivas do ego, em um olhar psicanalítico, gera um profundo mal estar no ser. Portanto, sentir-se culpado, nestas circunstâncias, corresponderia a um estado de infelicidade, sentimento este controlado, retraído, contido. O superego, neste sentido, contém nossos níveis de aspiração mais elevados. Segundo Freud

enquanto tudo corre bem com um homem, a sua consciência é lenitiva e permite que o ego faça todo tipo de coisas; entretanto, quando o infortúnio lhe sobrevém, ele busca sua alma, reconhece sua pecaminosidade, eleva as exigências de sua consciência, impõe-se abstinência e se castiga com penitências. (op. cit., p. 77).

Este, portanto, corresponde ao ponto central da análise que aqui se propõe: um grande mal-estar histórico, do ponto de vista psicanalítico, e com efeitos suscitados em um sintomático sentimento de culpa, gera-se na relação histórica e de difícil convivência entre as culturas de tradição oral - tidas como de borda, subalternas e relegadas como sendo de museu, além de fadadas ao atraso – e a chamada cultura, hegemônica, de base escrita. Dois fatos são determinantes para tal processo: a) a consolidação das traduções para a escrita das obras gregas, estas, essencialmente de base oral, fato massificado por volta do séc. V a.C; e b) a invenção da imprensa, a partir da segunda metade do séc. XV, fato que, diga-se, ‘logocentrizou’ a letra e permitiu avanços inomináveis, sobremaneira na Europa, nos processos de letramento, consolidando a força da escrita.

Desta forma, se, em outras palavras, a memória polícia o ser contra o seu grande rival, o esquecimento, assim, do ponto de vista psicanalítico, segundo Freud

a suposição de que tudo o que passou é preservado se aplica, mesmo na vida mental, só com a condição de que o órgão da mente tenha permanecido intacto e que seus tecidos não tenham sido danificados por trauma ou inflamação. (FREUD, 2010, p. 44-5)

Assim, a memória ressignifica o fato. Esquecer constitui-se como algo raro. O máximo que se pode admitir é o humano ser forçado a fazê-lo – por circunstâncias que lhe são alheias, as mais diversas: políticas, culturais, históricas e linguísticas - fato do qual advêm efeitos, na linha do que se propõe para este trabalho, sintomáticos irreversíveis. Mas, o que vem a ser sintoma na perspectiva psicanalítica? E de que forma ele se relaciona com o chamado mal-estar com sintomas de culpa, acima relacionado, mais precisamente na complexa histórica de convivência entre a relação oral e escrito, isto é, do ouvir e sentir para o ver?

Em seu artigo intitulado *O Corpo como Sintoma da Cultura*, Santaella afirma que Freud, ao universalizar a ideia de sintoma e de mal-estar para as questões que transcendem a psicanálise, inclusive a cultura, foi além e propôs a tese de que todas as produções do espírito poderiam ser classificadas “como sintomas, tendo em vista que, quando se fala em sintomas da cultura, não está por trás disso nenhuma postulação de um inconsciente coletivo, mas sim as ficções coletivas que conduzem a eficácia de cada inconsciente”. (SANTAELLA, 2004, p. 55). Para a psicanálise, nas palavras de Santaella, o sintoma é “um mal-estar que se impõe a nós, além de nós e nos interpela”. (op. cit., p. 03). Seria este, segundo Freud, o retorno ao ser de um sentimento recalcado, uma resposta da consciência. Segundo Birman o sintoma é uma formação de compromisso,

fruto de uma negociação quase impossível dos impasses entre as volúpias e as interdições que se impõem ao sujeito. Como formação de compromisso, no sintoma, o sujeito recupera, na forma de uma mensagem cifrada e não reconhecível, a verdade acerca de seu desejo. (BIRMAN, 2001, p. 256).

Portanto, a tese aqui defendida é que a histórica mudança de paradigma, de uma concepção de experiência com a linguagem a partir do acústico - cuja marca residia no poder de memorização, base essencial na constituição das experiências de letramento da milenar da sociedade grega - para um pensar com base na letra - processo já iniciado pelos gregos, por volta de 675 a.C, com invenção da revolucionária tecnologia alfabética, e se estendendo e se consolidando até a invenção da imprensa, – provocou grande mal-estar, marcado por vestígios de culpa irreversíveis na relação entre as duas percepções de enxergar a escritura.

A tese do chamado ‘preconceito folclorizante’, de autoria de Montaigne e citada por Zumthor, ao criticar a distinção construída entre a poesia popular e de base oral, é bastante sintomática do sentimento de infelicidade, causador de grande mal-estar, a que vêm sendo submetidas tais tradições. Desta forma, a poesia popular se classificaria como

puramente natural em oposição àquela que é ‘perfeita’ segundo a arte. (...) No continente americano, o mal-estar se manifesta na opinião que parece prevalecer há

alguns anos: no interior de uma mesma classe de textos (apesar de não definida como tal), será ‘folclórico’ o que for objeto de tradição oral; ‘popular’, de difusão mecânica. Em outros lugares, a ‘literatura oral’ será tomada como uma subclasse da ‘popular’, enquanto que alguns se negarão a ligar essas categorias ou atribuirão (despreocupados com essa petição de princípios!) o título de ‘primitivo’ a toda poesia puramente oral. (ZUMTHOR, 2010, p. 21-2)

É fato incontestável que até o final do séc. XIX, segundo Zumthor, na perspectiva dos chamados eruditos, toda a literatura que por ventura não pertencesse à circunscrição geográfica da Europa era relegada ao folclore. Este ‘surge’ (em um olhar psicanalítico, diga-se, seria uma imposição e resposta de uma consciência poética suprema, de base escrita e monopolizadora contra uma ‘ameaça’ de uma sublitteratura) em um contexto de muita infelicidade e contenção, marcada pelo preconceito, e amalgamando todas as tendências de tradição nas quais o oral, ou como alguns desejem, o popular estivessem presentes de uma forma ou de outra. Seria procedente a metáfora de que a musa aprendeu a escrever, continuou a cantar, agora com ouvintes e apreciadores de ‘gosto duvidoso’. É fato perturbador e gerador de grande mal-estar para quem pensa em estudar a literatura e as suas inúmeras correntes, a partir de um olhar dicotômico entre as manifestações do oral e do escrito; entre o que se pode pensar que seja popular e erudito; entre o chamado cânone literário ou não. A imbricação entre tais manifestações é inquestionável. (ZUMTHOR, op. cit., p. 22-23).

Por outro lado, se se observar como surge o que hoje se denomina de folclore percebe-se que o reconhecimento de tal hibridismo, por parte de dominantes setores da escrita, nunca foi bem absorvido. Este fato é identificado por Zumthor que ratifica que

até cerca de 1900, na linguagem dos eruditos, toda literatura não europeia era relegada ao folclore. Inversamente, a descoberta, no decorrer do séc. XIX, do folclore e do que se denominou, com um termo revelador, de ‘literaturas orais,’ foi feita mais ou menos contra a Instituição, exatamente quando a Literatura se empenhava em investigar sua própria identidade, buscando auxílio na filosofia, na história e na linguística e assentava irrecusavelmente um ‘absoluto literário’. (ZUMTHOR, op. cit., p. 22-3).

Assim, o que se percebe é que, enquanto a Literatura constituía seus suportes epistemológicos, na busca de sua própria identidade, se afastava cada vez mais das manifestações ditas populares. O folclore, ou que se denominam de literaturas orais, (esta como subclasse da literatura popular), não passariam de fugas, dispersões ou, parafraseando Moita Lopes, ‘categorias zumbis’ da grande Literatura, deliberadamente controladas pelo monopólio desta. Aqui se configura, à luz da perspectiva psicanalítica, um grande mal-estar carregado de culpa, responsável historicamente pelo estado de infelicidade a que vêm sendo relegadas as culturas de base oral, fato que se inicia com a invenção do alfabeto grego, se intensifica no séc. XV, com a massificação dos linotipos da imprensa, e se consolida a partir do séc. XIX.

Considerações Finais

A extensão da perspectiva da teoria psicanalítica de um grande mal-estar aplicada à histórica e conflituosa relação entre as práticas culturais de tradição poética - mediadas pela voz - e a escrita traz à tona a tese de que esta - aqui entendida como tradução do oral, portanto, das múltiplas vozes, a partir de dois momentos decisivos da história da humanidade, quais sejam: as invenções do alfabeto grego (por volta de 675 a.C) e da imprensa (na segunda metade do séc. XV) – impôs ‘grande sentimento de culpa’ às práticas culturais orais, tolhendo-as e limitando-as às letras frias de códigos escritos. “O projeto burguês totalizante”, conforme denuncia Barthes, produziu estrategicamente uma “escritura única e hegemônica” (BARTHES, 1971, p. 12) com ênfase no engajamento e supremacia de uma forma fixa, situação que impõe às culturas orais grande ‘sentimento de infelicidade’, momento em que, no dizer do próprio Barthes, geram-se nestas manifestações culturais, comandadas pelo acústico, ‘consciências infelizes’. (op. cit., p. 12).

Relegadas às bordas, às margens do chamado cânone literário oficial, tais manifestações se folclorizaram historicamente, carreando a eterna culpa de serem subliteratura, provindas de vozes de um além, ecoadas e carreadas pelo tempo. A musa é fonte e essência das movências que ocorrem entre a voz e a letra. Esta, além de traduzir o acústico, é o registro que revela uma memória. É fato que não se pode tratar antagonicamente a relação oralidade e escrita.

De fato, a sobrevivência do canto da musa, historicamente, sempre dependeu de uma tecnologia, o registro escrito. É este que promove a epifania da memória. Por outro lado, Ong, ao tratar das complexas relações de escolhas e renúncias impulsionadas a partir da tecnologia da escrita, frente às questões ligadas à oralidade, ao mesmo tempo que reconhece “que as culturas orais produzem realizações verbais, impressionantes e belas, de alto valor artístico e humano, que já não são sequer possíveis quando a escrita se apodera da psique” (ONG, 1998, p. 23). (grifos nossos), também constata que a consciência humana, sem a escrita, jamais poderia atingir o ápice de suas possibilidades criadoras.

O recorte psicanalítico aqui proposto, longe de expressar qualquer preconceito contra a intervenção histórica e monopolizadora da escrita em detrimento da oralidade, parte da tese de que este apoderamento tem promovido na psique humana dos falantes um certo mal-estar com sintomas que perpassam, por exemplo, vestígios de inadaptabilidade - em tempos de domínio da tecnologia da escrita - das culturas de tradição oral. A impressão que se tem é que, no processo histórico lento de adaptação da voz à letra, por força da pressão externa, de um logocentrismo histórico

massificador, o instinto de canto soberano da musa teve que renunciar às suas próprias satisfações “para não se perder o amor da autoridade”, não obstante um amor forjado, em uma perspectiva psicanalítica, por um sentimento de infelicidade.

Ao discorrer acerca da massificação do fenômeno das mídias eletrônicas – marcada por uma retórica estrategicamente montada por grandes líderes na humanidade, na primeira metade do séc. XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, – Havelock afirma que houve, a partir daí, uma espécie de reencantamento pelo domínio do oral, a rediscussão, nesse período, do que denomina de “um nervo acústico e, assim, um nervo oral” (HAVELOCK, 1996a, p. 45). Teria ocorrido, segundo o autor, uma espécie de “recasamento ou casamento forçado entre as fontes da palavra escrita e falada, um tipo de casamento que reforçou as energias latentes de ambas as partes.” (op. cit., p. 48).

A completa eliminação, a partir deste século, da necessidade da audiência fisicamente presente, característica das culturas homéricas - com a intervenção da tecnologia das mídias eletrônicas (o rádio, por exemplo), mediadas pela escrita – ainda segundo Havelock “desencadeou uma consciência das tensões desenvolvidas entre a palavra falada e escrita e de uma possível origem histórica do fato na experiência grega. O *Prefácio de Platão* foi ao ponto de comparar a poesia grega antiga com a ‘gravação ao vivo’”. (op. cit., p. 46). É procedente afirmar que o eco acústico, meticulosamente planejado, inclusive por uma estratégia de uma tecnologia da escrita, através de mídias diversas, tenha sido ecoado sob forte tensão e controle exercido por parte desta nova tecnologia. Para Ong, se adentrar no fascinante mundo da “cultura escrita significa deixar atrás de si boa parte do que é fascinante e profundamente amado no mundo oral anterior”. (ONG, 1998, p. 24). Até mesmo porque, segundo este autor,

Nesta perspectiva, dois fatos merecem atenção especial, a partir de um olhar psicanalítico, para a relação histórica de convivência entre as tradições orais e a escrita: o primeiro deles se refere à constatação de que a readaptação dos ímpetus evocativos do canto da musa, com a sua forçosa adequação a uma nova tecnologia, permite-lhe, por assim dizer, reconhecer a autoridade revolucionária de expressão de uma nova forma de linguagem, vista – de início – pela musa com perspicaz preocupação.

Referências

- BARTHES, Roland. **O Grau Zero da Escrita**. (Tradução de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini). São Paulo: Cultrix, 1971.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na Atualidade. A Psicanálise e as Novas Formas de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. (Tradução Denise Bottmann). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHANGEUX, J.P. *Discussão entre Changeux e A. Danchin: aprender pela estabilização seletiva de sinapses nos Cursos de Desenvolvimento*. (Tradução do Francês sem autoria especificada). Paris: 1974.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização e Outros Textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: >http://googleweblight.com/?lite_url=http://www.psicanaliseflorianopolis.com/artigos/147-obras-completas-de-sigmund-freud.html&ei=0ple6APD&lc=pt-BR&s=1&m=424&host=www.google.com.br&ts=1470771645&sig=AKOVD64qZLI47VKCMuvbGBAazXJ4-6WjFw.< Data da consulta: 06/08/2016.

GEARY, Patrick J. La. **Memória e Esquecimento no Fim do Milênio**. (Tradução francesa). Paris: 1996.

HAVELOCK, Eric. A. **A Musa Aprende a Escrever. Reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antiguidade ao presente**. (Tradução de Maria Leonor Santa Bárbara). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Gradiva, 1996a.

_____. **A Revolução da Escrita na Grécia e suas Consequências Culturais**. (Tradução de Ordep José Serra). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente (Vol. II)**. Bauru (SP): Edusc, 2002.

_____. **História e Memória**. 4ª ed. (Tradução de Bernardo Leitão). Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1996.

LEROI-GORHAN, A. **O Gesto e a Palavra**. (02 volumes). Michel, Paris/Lisboa: Edições 70, 1964-65.

ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita: a tecnologização da palavra**. (Tradução de Enid Abreu Dóbransky). Campinas (SP): Papirus, 1998.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à Poesia Oral**. (Tradução de Jerusa Pires Ferreira, et. al). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.